

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *O Estado de São Paulo* Class.: 18
Data: 08.06.86 Pg.: _____

Governo chama produtores a Rondônia

Do enviado especial

Quando a União resolveu colonizar o Estado de Rondônia, em 1975, milhares de agricultores e pecuaristas — de pequeno e grande porte — responderam ao "chamamento do governo federal, com bravura e esperança", segundo o senador Galvão Modesto, do PMDB-RO. No Sul do Estado, as terras — férteis — foram licitadas com autorização do Conselho de Segurança Nacional, por se tratar de área de fronteira, com certidão negativa

da Funai, garantindo que o órgão não tinha interesses ali, pela inexistência de índios na região a ser colonizada.

Hoje, 11 anos depois, duas mil propriedades rurais estão formadas, originando seis cidades com cerca de 50 mil habitantes cada: Vilhena, Cerejeiras, Colorado D'Oeste, Espigão do Oeste, Rolim de Moura e Santa Luzia. O presidente da Associação dos Criadores do Sul de Rondônia, Marco Túlio Teodoro, informou que a produção pecuária, com 300 mil cabeças de gado, re-

presenta metade do rebanho de Rondônia e em 1987 este número subirá para 450 mil. No período de desmatamento, de março a agosto, falta mão-de-obra na região e os fazendeiros buscam cerca de 10 mil peões nos Estados de Mato Grosso e Goiás para acelerar a produção. As madeiras de lei, como mogno e cerejeira, estão sendo industrializadas nos próprios municípios, abrindo perspectivas para a mão-de-obra especializada. "Como o governo federal queria — disse Marco Tú-

lio — a região está em franco desenvolvimento".

De 1984 para cá, entretanto, o delegado da 15ª Delegacia Regional da Funai, Aymoré Cunha da Silva, suspeitou da presença de índios possivelmente nômades ou arredios na região. Os fazendeiros, então, abriram suas propriedades para a Funai localizar esses índios. Aymoré, acompanhado de alguns índios civilizados, esteve três vezes nas fazendas, mas tudo em vão. "Nenhum índio foi encontrado —

disse Marco Túlio —, mas apenas vestígios, que para nós são de seringueiros que habitaram a região anos atrás."

E aí começou o tormento para os proprietários rurais do Sul de Rondônia. Em abril deste ano, eles foram surpreendidos por uma portaria da Funai, interditando uma área de 63 mil hectares, englobando fazendas inteiras, "para estudos, definição e atração de índios". Aliados a essa portaria, que também proibiu a entrada de "pessoas não-índias

na área", surgiram outros problemas: denúncias de escravidão branca, invasões de terras comandadas pela Pastoral da Terra e chacinas de índios nômades. E o temor dos fazendeiros, que já estiveram até em Brasília falando com o ministro Ronaldo Costa Couto, do Interior: "Será que tudo o que foi feito até agora irá por água abaixo?"

Aqui três deles, atingidos pela portaria da Funai e acusados de escravizar brancos e matar índios, se defendem e contam o que fizeram até agora.

E depois Funai decide interditar as fazendas

A portaria da Funai interditando 63 mil hectares nos municípios de Vilhena, Cerejeiras e Colorado D'Oeste pegou em cheio a Fazenda Centurion, de propriedade de Aristides de Mello, o Gauchinho. Ele é um dos mais velhos moradores da região, onde se instalou há 14 anos como piloto contratado pela Funai e Inbra. Sua fazenda com dois mil hectares formados, água, luz elétrica, 4.380 cabeças de gado, 60 touros "puros de origem", 60 cavalos de tropa, pista de pouso e 100 quilômetros de cerca, poderá ficar para os índios, que ainda não foram encontrados, se a Portaria nº 2.030/E virar decreto. E Gauchinho terá de começar a vida em outro lugar. Mas ele vai resistir: "Só saio daqui morto", disse magoado.

Gauchinho chegou ao Sul de Rondônia quando nem Vilhena existia. Começou a vida com dois pequenos aviões, servindo à Funai e ao Inbra, "que demoravam seis meses para pagar". Quando o Inbra iniciou a delimitação de Cerejeiras e Colorado D'Oeste, Gauchinho, de seu avião, jogava as mercadorias do alto para os topógrafos no meio da selva. "A primeira pista — conta — surgiu na mata só alguns anos depois, de apenas 250 metros, feita a mão." Pelos bons serviços prestados ao órgão, Aristides ganhou 42 alqueires do Inbra, mas precisou devolvê-los um ano depois, "pois não abandonei minha profissão de piloto".

Em 1977, já com uma empresa de taxi aéreo com nove aviões, o fazendeiro participou de uma licitação e comprou dois mil hectares em Cerejeiras. Vendeu sete aviões e aplicou todo o dinheiro em sua fazenda. No primeiro ano, abriu 800 hectares e fez uma pista de pouso. Bois, cavalos, maquinários, lavradores, enfim, todas as peças que formam uma fazenda foram transportadas por via aérea. A fazenda de Gauchinho só é acessível por avião.

A portaria da Funai é clara: "Fica vedado o ingresso, na área interditada, de não-índios, sem expressa autorização da Funai". E acrescenta: "Fica determinada a imediata retirada de pessoas não-índias e estranhas aos grupos indígenas, especialmente aquelas que exploram a área". A Fazenda Centurion custa hoje cerca de Cz\$ 100 milhões, conforme os cálculos de Gauchinho, que não sabe dizer quanto investiu ali. "Mas posso te dizer — acrescentou — que tenho uma vida inteira aqui e dela não sairei vivo". Para ele, a Funai agiu de "má fé", porque interditou fazendas consolidadas e onde há pistas de pouso. E refutou as acusações de chacina de índios: "No começo era eu que levava os indígenas às aldeias, o que me fez conviver diariamente com os índios. Você acha que agora eu iria matar índios?"



Com estímulo da União e garantias do Inbra e da Funai, as fazendas foram formadas no Sul de Rondônia.

Surpresa: denúncia de escravidão e chacina

A denúncia de escravidão branca e da chacina de 15 índios na Fazenda Yvyipitã, no Sul de Rondônia, pegou de surpresa a família Junqueira, o maior clã ruralista brasileiro, com 200 anos de tradição. Antônio José Junqueira Vilela, dono da Yvyipitã, quando soube das acusações, ficou arrasado. Alguns dias antes da denúncia ele havia aberto as portas de sua propriedade à Funai para procurar índios nômades, oferecendo comida e pouso para os funcionários do órgão.

Centenas de telefonemas de parentes e amigos solidários trouxeram-lhe ânimo e ele resolveu tomar algumas providências: convidou jornalistas para visitar sua fazenda e informou que irá processar por calúnia e difamação o autor da denúncia de matança de índios, o delegado regional da Funai em Vilhena, Aymoré Cunha da Silva. Este já desmentiu que acusou o fazendeiro, dizendo que suas palavras "foram deturpadas pelos jornais de Rondônia".

A fazenda Yvyipitã possui 29 mil

hectares, sete mil já formados, nove mil cabeças-de-gado, duas serrarias, sem trabalhadores fixos e 200 volantes. Os colonos moram em seis casas de três quartos, sala, cozinha, banheiro, com água e luz, e ganham de Cz\$ 1.200,00 a Cz\$ 10.000,00 por mês. Uma moto-niveladora conserva a estrada que leva à fazenda e às vezes é cedida às prefeituras da região, enquanto um avião fica diariamente à disposição dos peões. No armazém, os empregados fixos ou contratados têm alimentos básicos a preços da tabela da Sunab, com apenas 10% a mais para repor o frete. Quando Antônio José comprou essas terras, em 1982, "era só mato". Os antigos proprietários — a família Casara — eram seringueiros que exploravam a região há 50 anos.

Os boatos da presença de índios em sua fazenda, levaram Junqueira Vilela a abrir as portas para a Funai. Aymoré Cunha da Silva e mais alguns índios civilizados passaram 25 dias dentro da fazenda e voltaram dizendo que encontraram "rastros, flechas e plantações feitas por ín-

dios". Para Vilela, as plantações eram de antigos seringueiros, "porque no mesmo lugar encontramos panelas e pratos esmaltados". E acusou: a flecha encontrada pela Funai foi "arrumada" por um motorista de caminhão, que a comprou de um madeiro descontente. Ele queria abandonar o seu trabalho e inventou essa de que foi flechado pelos índios.

A denúncia do delegado regional da Funai — depois desmentida por ele próprio — de chacina de índios na fazenda Yvyipitã chocou Antônio José Junqueira Vilela. Ele lembrou que quando os índios civilizados e Aymoré estiveram em sua propriedade à procura dos índios nômades, ao mesmo tempo os posseiros, instigados pela Pastoral da Terra, invadiram a Fazenda Guarajus, ao lado de sua fazenda. "Os posseiros estavam armados até os dentes e eu, para prevenir, pedi ao Aymoré para retirar os índios de lá. Você já pensou se um índio fosse assassinado nas minhas terras por um daqueles posseiros? Seria o fim." Alguns dias depois a desagradável notícia: a Funai interditou a área "para atração de índios".

O mato-grossense José Carlos Tavares Couto abandonou tudo em Campo Grande para "crescer" no Sul de Rondônia. "A terra é boa, penso em produzir e também no futuro dos meus filhos", disse, ao informar que já aplicou Cz\$ 7.200.000,00 na sua fazenda de 36 mil hectares em Cerejeiras, também com parte interditada pela Funai. A exemplo de seus companheiros, José Carlos espera que o órgão e o governo federal usem o bom senso e liberem a área interditada, "para que possamos produzir com tranquilidade".

A fazenda Yvyipitã possui também pista de pouso, 150 funcionários, casas de colonos e seu proprietário participa da construção da estrada que a ligará a Cerejeiras. "Toda essa confusão — disse José Carlos — está levando os proprietários a desacreditar dos órgãos públicos, principalmente do Inbra, que nos vendeu a terra, dizendo que não tinha índio, e a Funai, que agora quer tomá-la, insistindo na presença deles na região."



Já existem duas mil propriedades na região